

AUTÁRQUICAS 2020

# BALANÇO

## Lei de Paridade



**ICIEG**

Instituto Cabo-verdiano para  
Igualdade e Equidade do Género



*Empoderando vidas.  
Fortalecendo nações.*

AUTÁRQUICAS 2020

# BALANÇO

## Lei de Paridade



## **Ficha Técnica**

<b>Propriedade:</b>	<b>ICIEG</b>
<b>Presidente:</b>	<b>Rosana Almeida</b>
<b>Coordenação Técnica:</b>	<b>Paulino Oliveira do Canto</b>
<b>Organização:</b>	<b>Paulino Oliveira do Canto</b>
<b>Design e Impressão:</b>	<b>Tipografia Santos</b>
<b>Fevereiro:</b>	<b>2021</b>

## **Índice**

<b>Nota introdutória .....</b>	<b>5</b>
<b>Balanço da Aplicação da Lei de Paridade nas Eleições Autárquicas 2020 .....</b>	<b>6</b>
<b>Paridade nas Câmaras Municipais por Concelhos (Poder executivo e Poder Legislativo) .....</b>	<b>10</b>
<b>Análise comparativa dos resultados das duas últimas eleições autárquicas (2016 e 2020) realizadas em Cabo Verde .....</b>	<b>18</b>
<b>Recomendação .....</b>	<b>19</b>

## **Nota introdutória**

Em Cabo Verde, as mulheres vêm desempenhando um papel importante na política, não só pelo percurso histórico de luta como combatentes da liberdade de pátria, mas também pela formação e educação do cidadão cabo-verdiano e, atualmente, por estarem na linha da frente das lutas em prol de uma sociedade cada vez mais equitativa e igualitária. As mulheres cabo-verdianas são verdadeiras protagonistas das suas lutas e histórias.

A fraca participação das mulheres na política em Cabo Verde deve-se, em parte, aos estereótipos sociais, a não conciliação entre a vida pessoal, familiar e laboral devido ao tempo gasto no trabalho não remunerado (trabalhos domésticos e cuidado dependentes) e às próprias condições de participação no ambiente político, que é sobretudo machista e patriarcal

Cabo Verde vem assumindo a agenda da igualdade e equidade de género como um dos pilares fundamentais no processo de desenvolvimento, procurando uma representação equilibrada entre homens e mulheres na esfera política.

Não obstante, o número de mulheres na política e nos órgãos de tomada de decisões ser relativamente baixo, nota-se um aumento considerável da participação da mulher nas legislativas entre 1980 para 2016, passando de 1,7% para atualmente 23,6% dos assentos parlamentares, mas ainda assim continua a não ser suficiente.

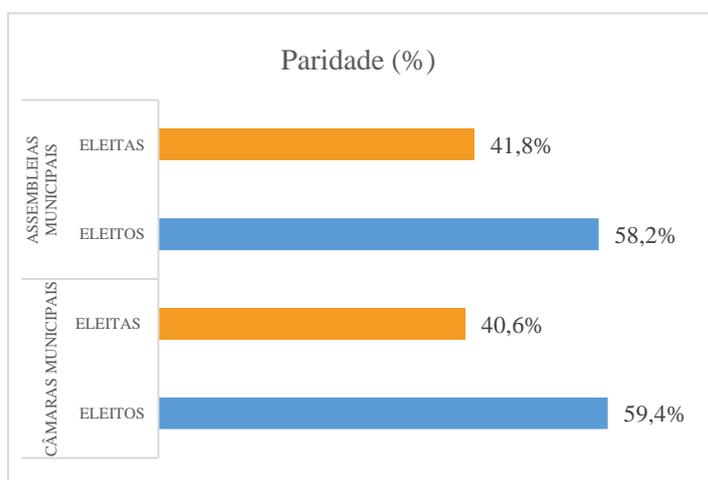
O Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade de Género (ICIEG) e seus parceiros estratégicos submeteram a Lei da Paridade à Assembleia Nacional, tendo sido aprovada a 28 de novembro de 2019 - Lei n.º 68/IX/2019. A Lei em causa fixa a obrigatoriedade de constituição das listas de candidatura para Assembleia Nacional, Autarquias Locais, outros cargos eletivos e cargos de decisão de forma paritária, de modo a garantir a efetiva igualdade de participação entre homens e mulheres.

O impacto da sua aplicação nas eleições autárquicas de 2020 mudou completamente o cenário da representação da mulher nas Autarquias em Cabo Verde, que de seguida será analisada detalhadamente.

## Balanço da Aplicação da Lei de Paridade nas Eleições Autárquicas 2020

O Instituto Cabo-verdiano da Igualdade e Equidade de Género (ICIEG) enaltece o marco inédito na história de Cabo Verde por conquistar a paridade política nas autarquias, tanto para as Câmaras como para as Assembleias Municipais. Os resultados da eleição autárquica realizada no passado dia 25 de outubro de 2020 foi diferente de todas as eleições autárquicas até então realizadas em Cabo Verde. Pois, os dados apontam para um novo cenário político a nível das autarquias em Cabo Verde, que igualmente deverá trazer novas dinâmicas em matéria de equidade de participação e liderança política.

Os resultados da eleição autárquica ocorrida no dia 25 de outubro de 2020 mostram que a representatividade da mulher nas Câmaras Municipais alterou-se



substancialmente em prol da paridade, com 40,6% das vereadoras eleitas e 59,4% dos vereadores eleitos. A mesma tendência verificou-se para as Assembleias Municipais, sendo 41,8% eleitas e 58,2% eleitos para o cargo de deputado municipal.

Figura 1 - Elaborado pelo autor com base nos resultados das eleições autárquicas 2020.

A nível nacional, a aplicação da Lei de Paridade nas eleições autárquicas 2020 teve um impacto considerável de representatividade entre homens e mulheres nos poderes executivo e legislativo.

Cabo Verde faz história em termos de representatividade das mulheres nas Autarquias Municipais, registando um total de 200 mulheres e 280 homens, correspondendo a 41,5% e 58,5%, respetivamente.

AUTÁRQUICAS 2020		Homem	Mulher
<b>Câmara Municipal</b>	Presidentes das Câmaras Municipais	21†	1*
	Vereadores	60	56*
<b>Assembleia Municipal</b>	Presidentes das A.M	13	9
	Deputados	186	134
<b>Total</b>	480	280	200
		†Santa Catarina de Santiago	*Substituição pelo falecimento * Substituição do cargo

Tabela 1 - Elaborado pelo autor com base nos resultados das eleições autárquicas 2020.

O ICIEG entende que a defesa da democracia representativa em Cabo Verde e a luta por uma sociedade inclusiva e igual passa necessariamente por uma participação política paritária, na qual as mulheres devem também estar nas arenas de decisões junto com os homens e sem qualquer tipo de discriminação. É uma luta de todos, que se iniciou com a aprovação da Lei de Paridade, mas que deverá ter seguimento com foco nas próximas eleições em Cabo Verde.

O balanço que neste documento se fez permitiu tirar algumas ilações que, no geral, recai sobre o cumprimento da lei na elaboração das listas, de modo a seguir a lógica alternada entre os sexos. São resistências relativamente normais e que devem ser compreendidas no seu contexto. Por isso, a própria Lei de Paridade prevê no seu artigo 5.º, a notificação para correção das listas nos termos fixados na lei eleitoral aplicável.

Um outro aspeto tem a ver com o cumprimento do artigo 4.º da Lei da Paridade, que aponta para a constituição dos dois primeiros lugares ocupados por sexo diferentes. Isto porque, se a constituição das listas não seguir a lógica alternada entre os sexos tende a eleger os primeiros listados que são maioritariamente homens, como foram os casos registados nos 12 concelhos do país ilustrados abaixo na figura referentes ao cargo de deputado municipal.

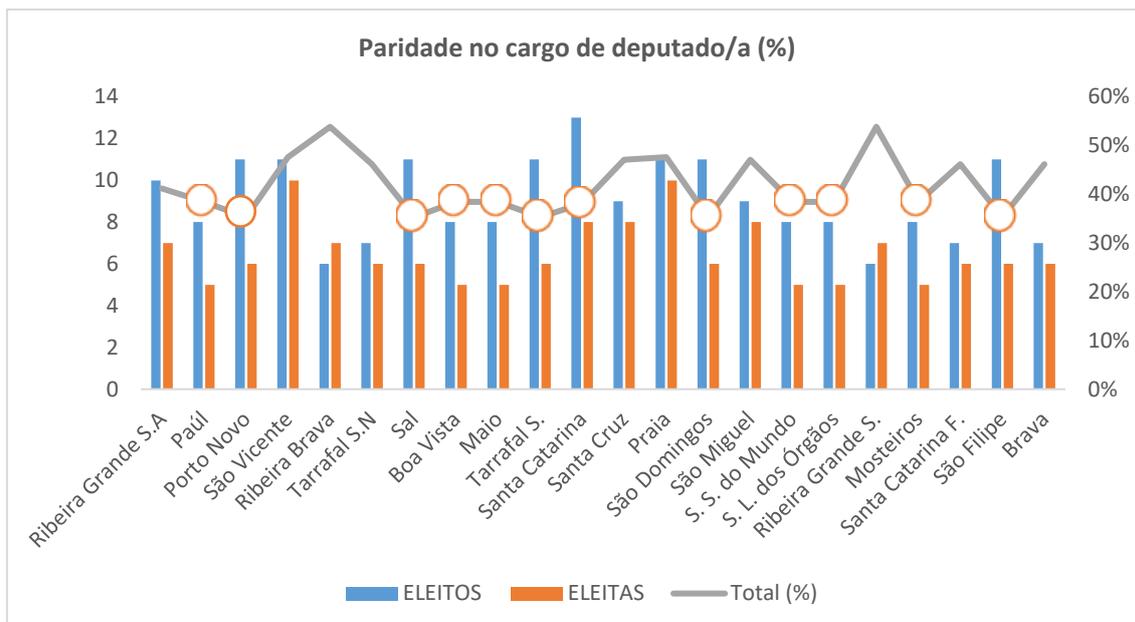


Figura 2 - elaborado pelo autor com base nos resultados das eleições autárquicas 2020

Como pode-se verificar na figura acima, se tivermos em conta que, no geral, em cada 6 primeiros listados apenas 2 foram do sexo feminino, nota-se que a efetiva igualdade de participação pode ficar comprometida, particularmente se considerar que a eleição dos deputados para Assembleia Municipal tende a alcançar candidaturas diferentes, como foram os casos dos concelhos de Paul, Boa Vista, Maio, Santa Catarina de Santiago, São Salvador do Mundo, São Lourenço dos Órgãos e Mosteiros com 38% das eleitas; e os concelhos de Porto Novo, Sal, Tarrafal de Santiago, São Domingos e São Filipe, com 35% das eleitas

Esta tendência quando relacionada no contexto da eleição para o cargo de vereador ganha uma outra configuração, isto porque diferentemente da Assembleia Municipal, a tendência da eleição recai para a maioria absoluta de uma candidatura, com exceção dos concelhos de maiores dimensões do país<sup>1</sup>, especialmente os da Santa Catarina de Santiago e de São Vicente (conforme pode-se constatar na figura abaixo), onde as eleições para o cargo de vereador abrangeram partidos e grupos independentes diferentes, o que resultou na eleição dos primeiros listados que são maioritariamente do sexo masculino.

<sup>1</sup> Com exceção do Município da Praia, onde os partidos mais votados seguiram rigorosamente a lógica alternada do sexo na composição das suas listas e que antes da aprovação da lei de paridade vinha a promover representatividade nos seus órgãos.

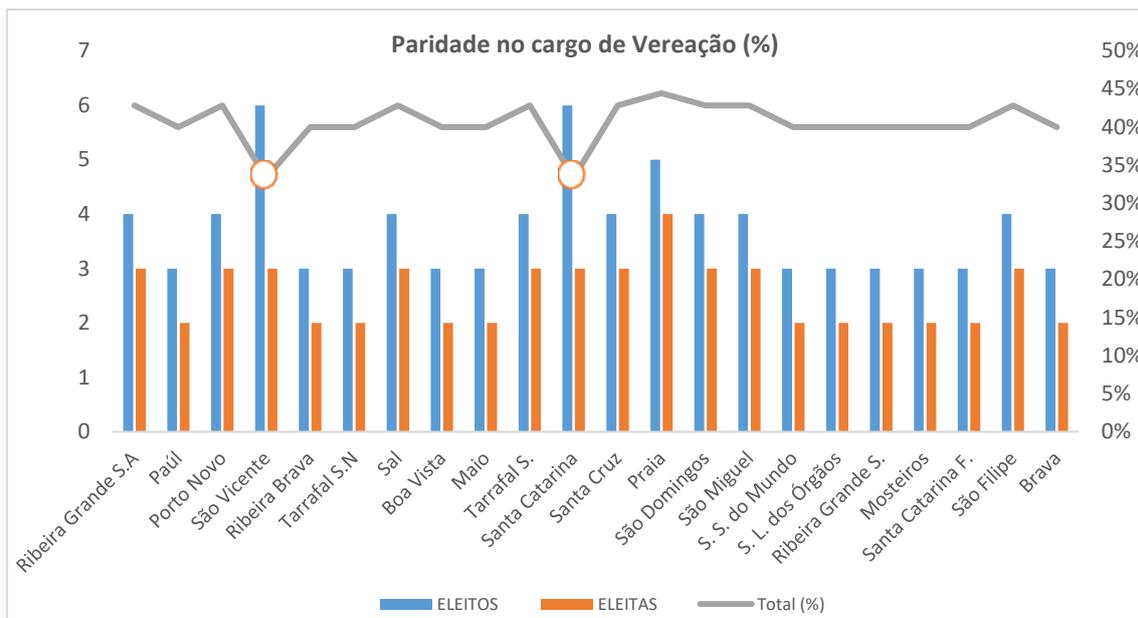


Figura 3 – elaborado pelo autor com base nos resultados das eleições autárquicas 2020

Entende-se que a pluralidade é um dos componentes fundamentais para a consolidação da Democracia e a sociedade cabo-verdiana tem dado sinais claros dessa tendência. Neste sentido, é fundamental que as equipas vencedoras das eleições com a maioria relativa percebam a importância de uma maior inclusão e participação das mulheres na formação das suas equipas municipais.

De recordar que os resultados das eleições autárquicas pelo sufrágio direto apontavam para 45,5% mulheres e 50,5% homens Presidentes das Assembleias Municipais, embora a lei aponta que a constituição da mesa tem de ser aprovada pela Assembleia Municipal. No caso em que a candidatura vencedora não se consegue a maioria absoluta, a constituição da mesa pela Assembleia Municipal pode ter um resultado diferente do obtido pelo sufrágio universal direto, pelo menos, em termos de paridade, como foram os casos de Boa Vista e de São Vicente, acabando por ficar no final com uma representação de 40,9% mulheres presidentes das Assembleias Municipais.

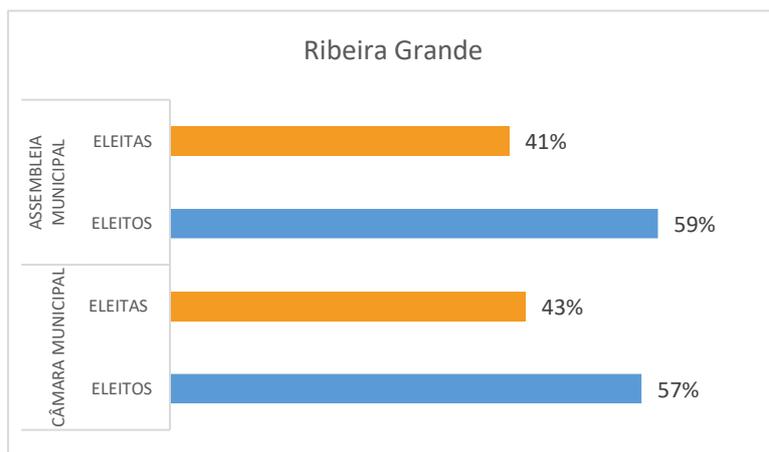
## Paridade nas Câmaras Municipais por Concelhos (Poder executivo e Poder Legislativo)

Os resultados das eleições autárquicas 2020 apontam para um importante registo da representatividade entre homens e mulheres no poder executivo (Câmara Municipal) e no poder legislativo (Assembleia Municipal).

No poder executivo, a paridade evidencia-se, com apenas 2 dos 22 Concelhos que não conseguiram atingir os 40%, a saber: São Vicente e Santa Catarina de Santiago, com uma representação de 33% mulheres dos eleitos. Os municípios com maior percentagem de paridade são: Praia (44%), Ribeira Grande de Santo Antão (43%), Porto Novo (43%), Sal (43%), Tarrafal (43%), Santa Cruz (43%), São Domingos (43%), São Miguel (43%) e São Filipe (43%).

Quanto ao poder legislativo, o impacto da aplicação da lei de paridade foi mais expressivo nos Municípios de Ribeira Brava (54%), Ribeira Grande de Santiago (54%), São Vicente (48%), Praia (48%), Santa Cruz (47%), São Miguel (47%), Tarrafal de São Nicolau (46%), Santa Catarina do Fogo (46%), Brava (46%) e Ribeira Grande de Santo Antão (41%). De notar que 2 dos 22 Municípios, a saber: Ribeira Brava (São Nicolau) e Ribeira Grande de Santiago registaram maior representatividade de mulheres nas Assembleias Municipais.

### Concelho de Ribeira Grande de Santo Antão



Poder Executivo: 43% Eleitas e 57% Eleitos para Vereador.

Poder Legislativo: 41 % Eleitas e 57% Eleitos para deputado Municipal.

Figura 4 - Elaborado pelo autor com base nos resultados das eleições autárquicas 2020.

## Concelho de Paul

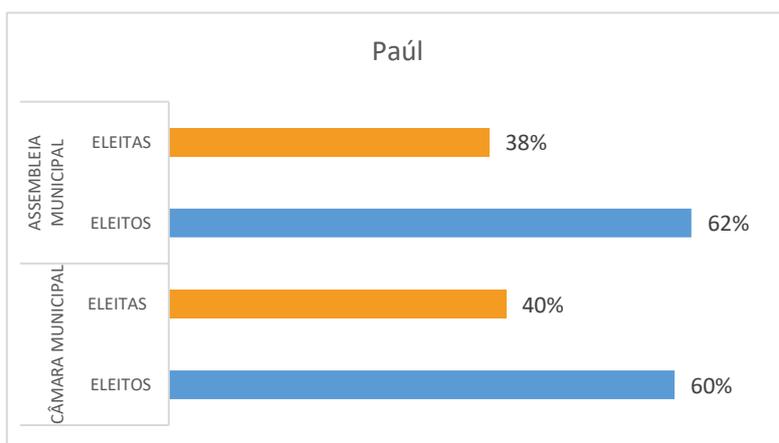


Figura 5 - Elaborado pelo autor com base nos resultados das eleições autárquicas 2020.

Poder Executivo: 40% Eleitas e 60% Eleitos para Vereador.

Poder Legislativo: 38 % Eleitas e 62% Eleitos para deputado Municipal.

## Concelho de Porto Novo

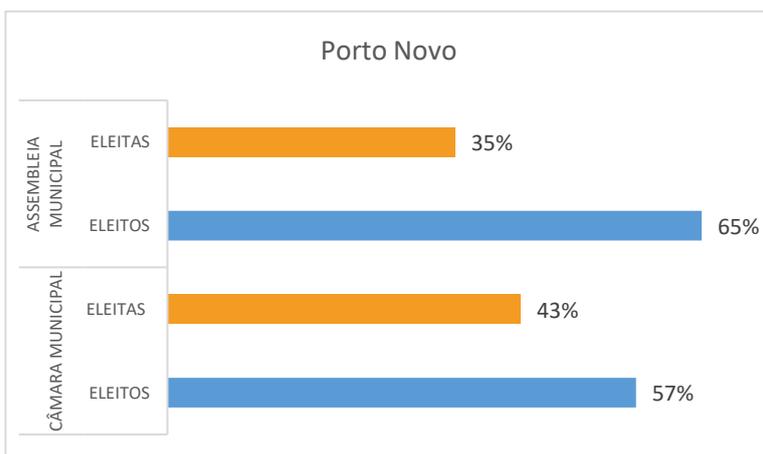


Figura 6 - Elaborado pelo autor com base nos resultados das eleições autárquicas 2020.

Poder Executivo: 43% Eleitas e 57% Eleitos para Vereador.

Poder Legislativo: 35 % Eleitas e 65% Eleitos para deputado Municipal.

## Concelho de Tarrafal de São Nicolau

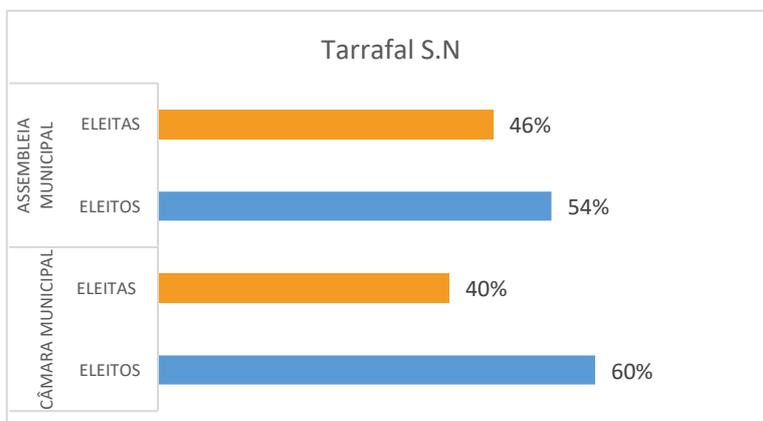


Figura 7 - Elaborado pelo autor com base nos resultados das eleições autárquicas 2020.

Poder Executivo: 40% Eleitas e 60% Eleitos para Vereador.

Poder Legislativo: 46 % Eleitas e 54% Eleitos para deputado Municipal.

## Concelho de Ribeira Brava

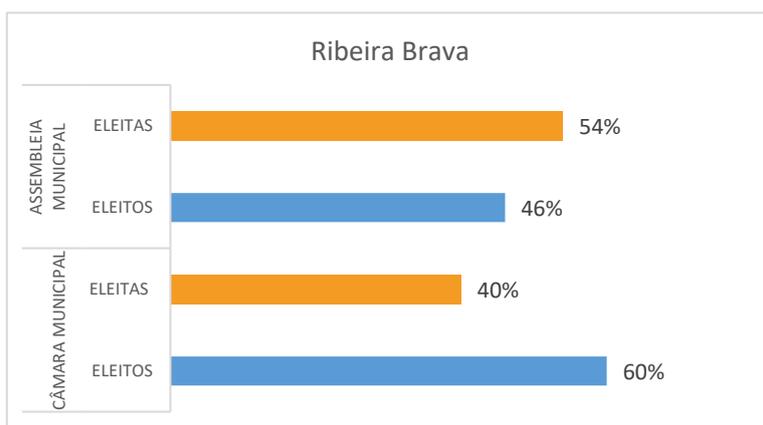


Figura 8 - Elaborado pelo autor com base nos resultados das eleições autárquicas 2020.

Poder Executivo: 40% Eleitas e 60% Eleitos para Vereador.

Poder Legislativo: 54 % Eleitas e 46% Eleitos para deputado Municipal.

## Concelho de São Vicente

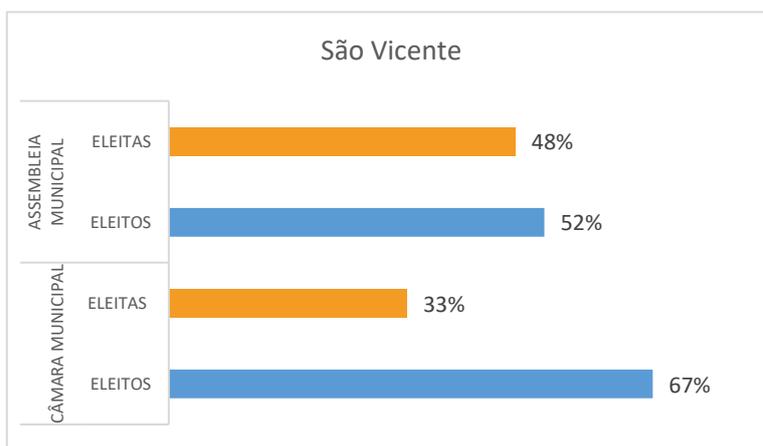


Figura 9 - Elaborado pelo autor com base nos resultados das eleições autárquicas 2020.

Poder Executivo: 33% Eleitas e 67% Eleitos para Vereador.

Poder Legislativo: 48 % Eleitas e 52% Eleitos para deputado Municipal.

## Concelho de Sal

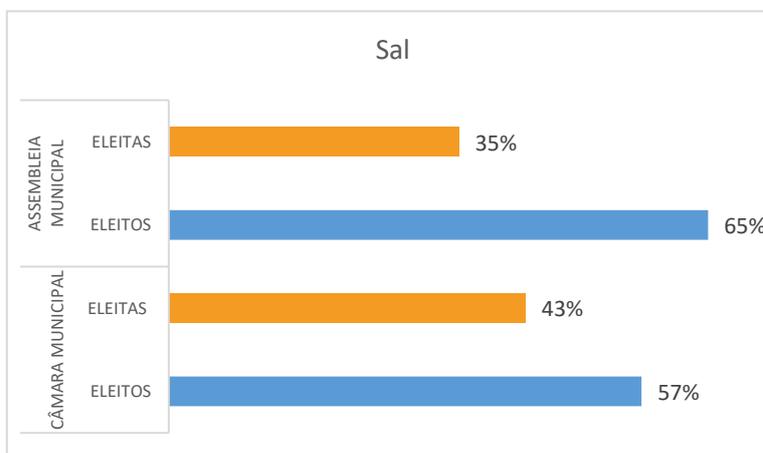


Figura 10 - Elaborado pelo autor com base nos resultados das eleições autárquicas 2020.

Poder Executivo: 43% Eleitas e 57% Eleitos para Vereador.

Poder Legislativo: 35 % Eleitas e 65% Eleitos para deputado Municipal.

## Concelho de Boa Vista

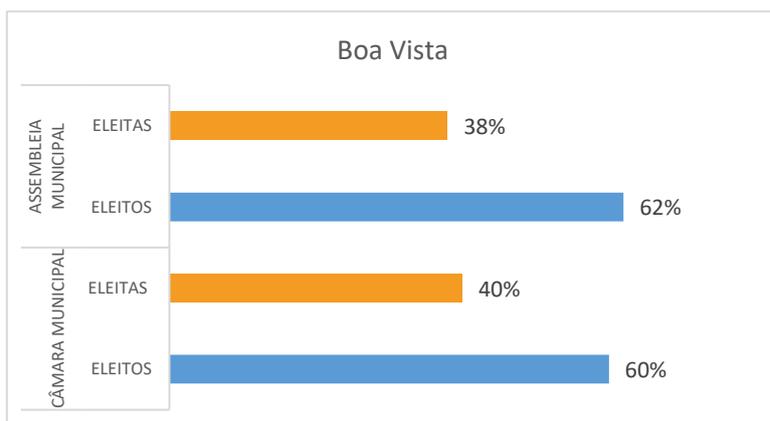


Figura 11 - Elaborado pelo autor com base nos resultados das eleições autárquicas 2020.

Poder Executivo: 40% Eleitas e 60% Eleitos para Vereador.

Poder Legislativo: 38 % Eleitas e 62% Eleitos para deputado Municipal.

## Concelho de Maio

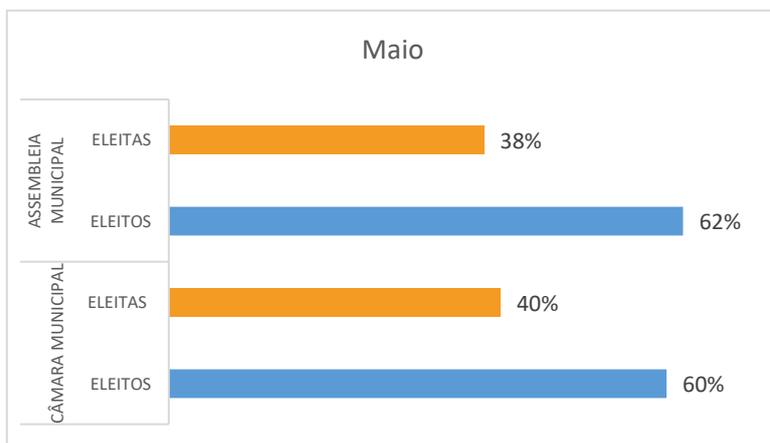


Figura 12 - Elaborado pelo autor com base nos resultados das eleições autárquicas 2020.

Poder Executivo: 40% Eleitas e 60% Eleitos para Vereador.

Poder Legislativo: 38 % Eleitas e 62% Eleitos para deputado Municipal.

## Concelho de Tarrafal de Santiago

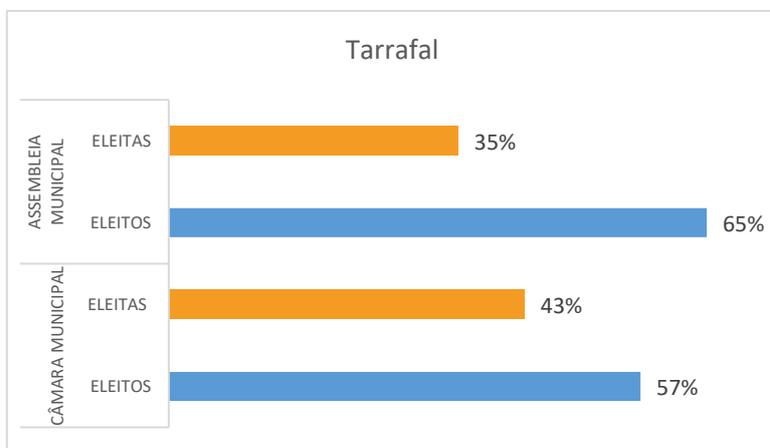


Figura 13 - Elaborado pelo autor com base nos resultados das eleições autárquicas 2020.

Poder Executivo: 43% Eleitas e 57% Eleitos para Vereador.

Poder Legislativo: 35 % Eleitas e 65% Eleitos para deputado Municipal.

## Concelho de Santa Catarina de Santiago

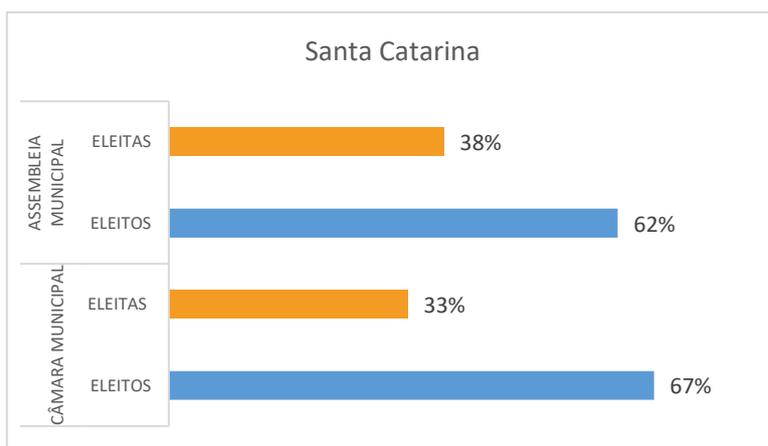


Figura 14 - Elaborado pelo autor com base nos resultados das eleições autárquicas 2020.

Poder Executivo: 33% Eleitas e 67% Eleitos para Vereador.

Poder Legislativo: 38 % Eleitas e 62% Eleitos para deputado Municipal.

## Concelho de Santa Cruz

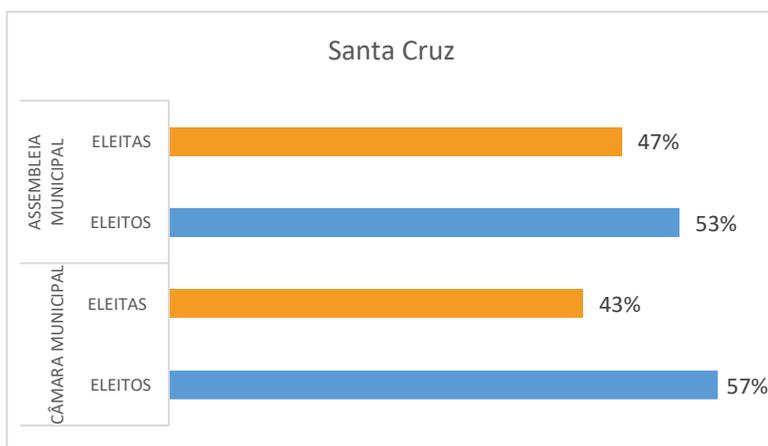


Figura 15 - Elaborado pelo autor com base nos resultados das eleições autárquicas 2020.

Poder Executivo: 43% Eleitas e 57% Eleitos para Vereador.

Poder Legislativo: 47 % Eleitas e 53% Eleitos para deputado Municipal.

## Concelho de Praia

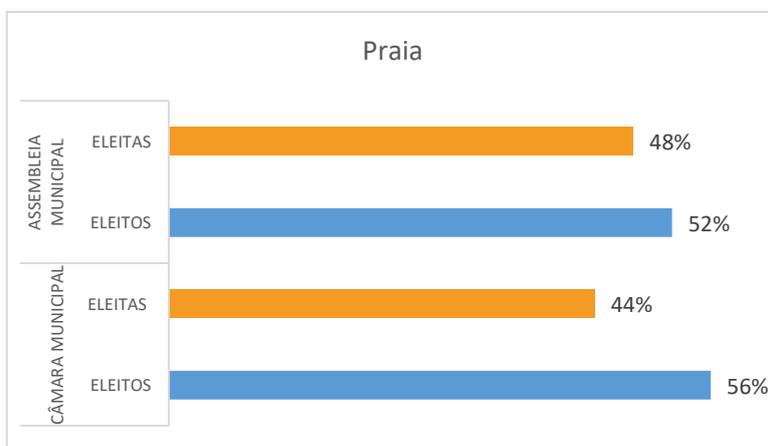


Figura 16 - Elaborado pelo autor com base nos resultados das eleições autárquicas 2020.

Poder Executivo: 44% Eleitas e 56% Eleitos para Vereador.

Poder Legislativo: 48 % Eleitas e 52% Eleitos para deputado Municipal.

## Concelho de São Domingos

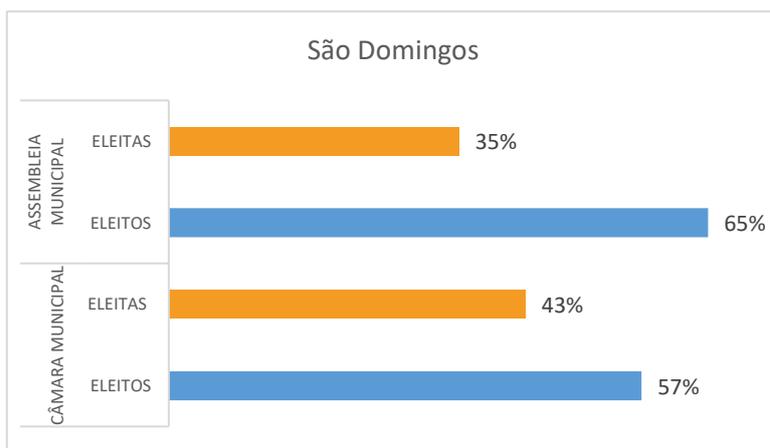


Figura 17 - Elaborado pelo autor com base nos resultados das eleições autárquicas 2020.

Poder Executivo: 43% Eleitas e 57% Eleitos para Vereador.

Poder Legislativo: 35% Eleitas e 65% Eleitos para deputado Municipal.

## Concelho de São Miguel

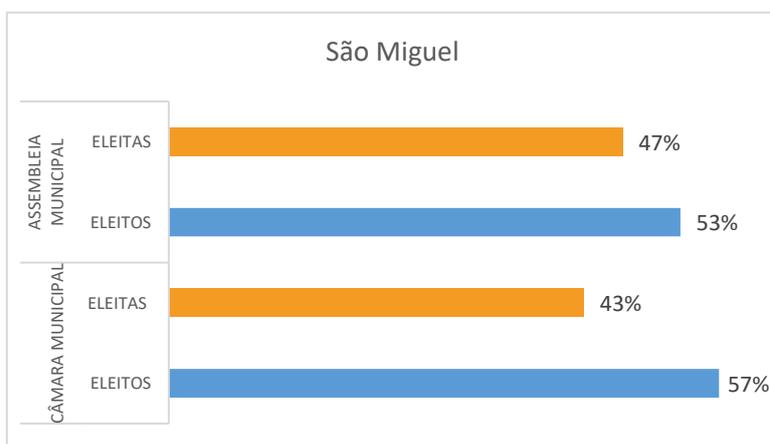


Figura 18 - Elaborado pelo autor com base nos resultados das eleições autárquicas 2020.

Poder Executivo: 43% Eleitas e 57% Eleitos para Vereador.

Poder Legislativo: 47% Eleitas e 53% Eleitos para deputado Municipal.

## Concelho São Lourenço dos Órgãos

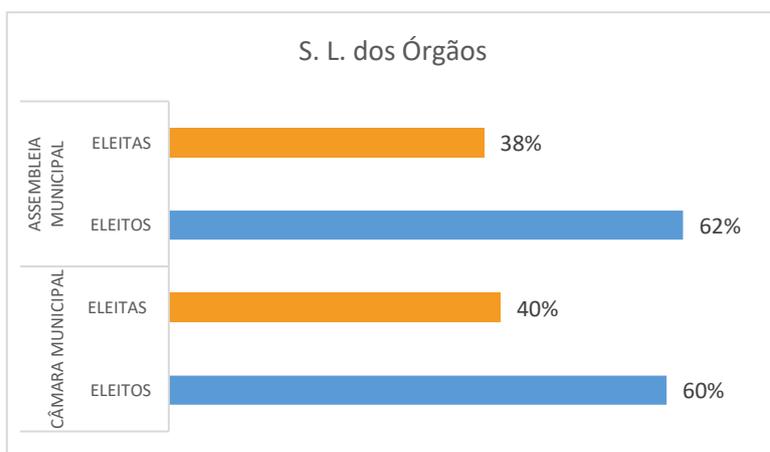


Figura 19 - Elaborado pelo autor com base nos resultados das eleições autárquicas 2020.

Poder Executivo: 40% Eleitas e 60% Eleitos para Vereador.

Poder Legislativo: 38% Eleitas e 62% Eleitos para deputado Municipal.

## Concelho de São Salvador do Mundo

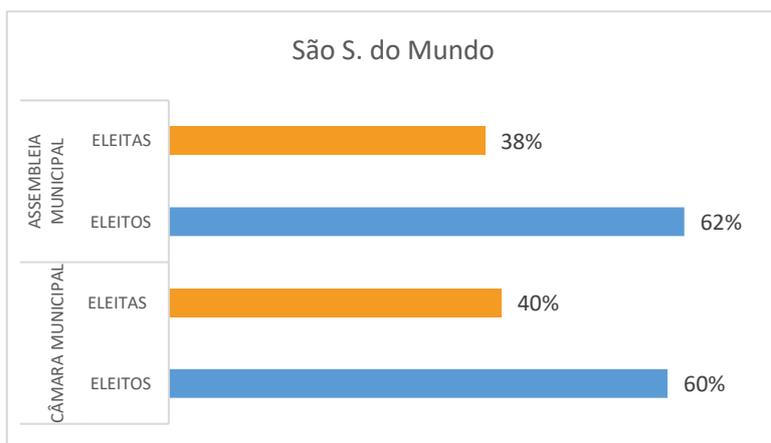


Figura 20 - Elaborado pelo autor com base nos resultados das eleições autárquicas 2020.

Poder Executivo: 40% Eleitas e 60% Eleitos para Vereador.

Poder Legislativo: 38% Eleitas e 62% Eleitos para deputado Municipal.

## Concelho de Ribeira Grande de Santiago

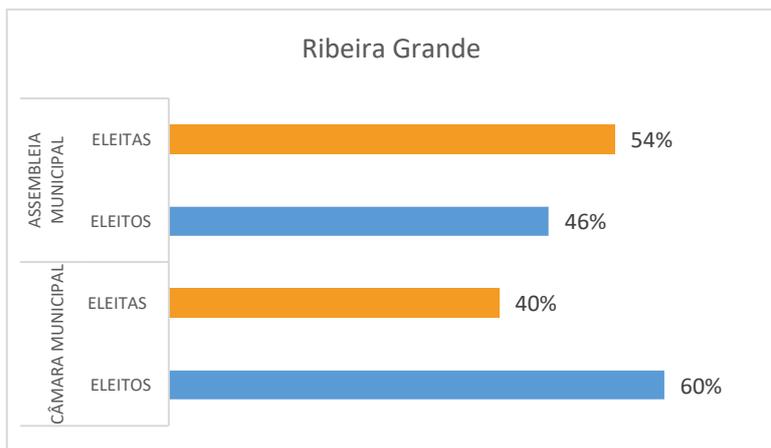


Figura 21 - Elaborado pelo autor com base nos resultados das eleições autárquicas 2020.

Poder Executivo: 40% Eleitas e 60% Eleitos para Vereador.

Poder Legislativo: 38% Eleitas e 62% Eleitos para deputado Municipal.

## Concelho dos Mosteiros

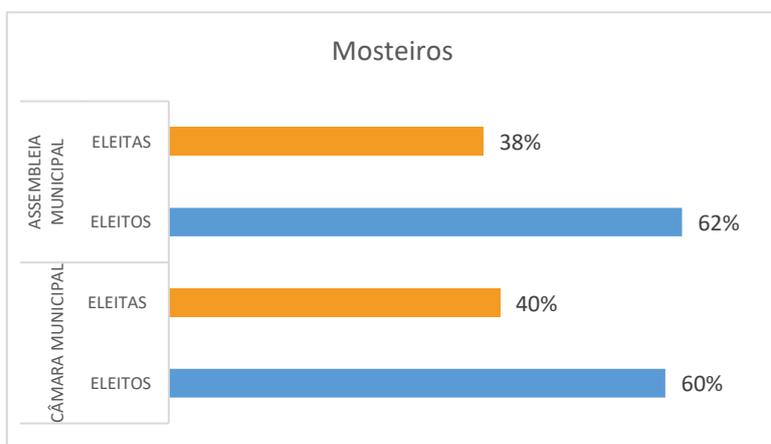


Figura 22 - Elaborado pelo autor com base nos resultados das eleições autárquicas 2020.

Poder Executivo: 40% Eleitas e 60% Eleitos para Vereador.

Poder Legislativo: 38% Eleitas e 62% Eleitos para deputado Municipal.

## Concelho de Santa Catarina do Fogo

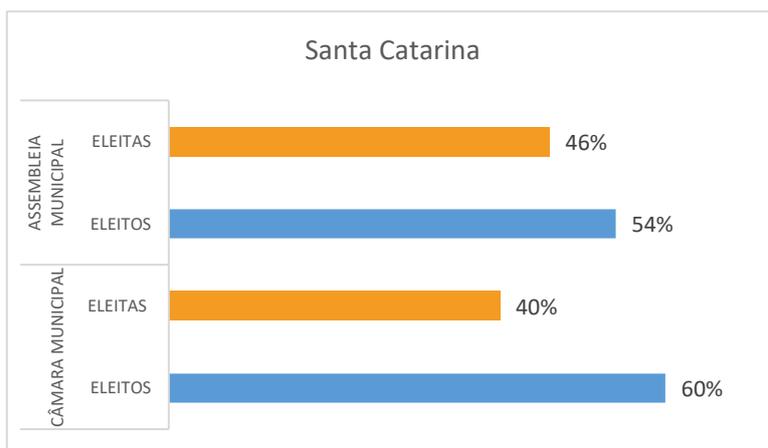


Figura 23 - Elaborado pelo autor com base nos resultados das eleições autárquicas 2020.

Poder Executivo: 40% Eleitas e 60% Eleitos para Vereador.

Poder Legislativo: 46% Eleitas e 54% Eleitos para deputado Municipal.

## Concelho de São Filipe

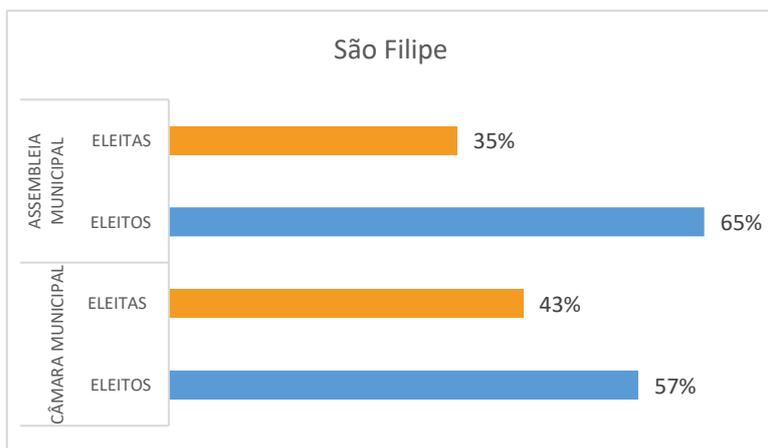


Figura 24 - Elaborado pelo autor com base nos resultados das eleições autárquicas 2020.

Poder Executivo: 43% Eleitas e 57% Eleitos para Vereador.

Poder Legislativo: 35% Eleitas e 65% Eleitos para deputado Municipal.

## Concelho da Brava

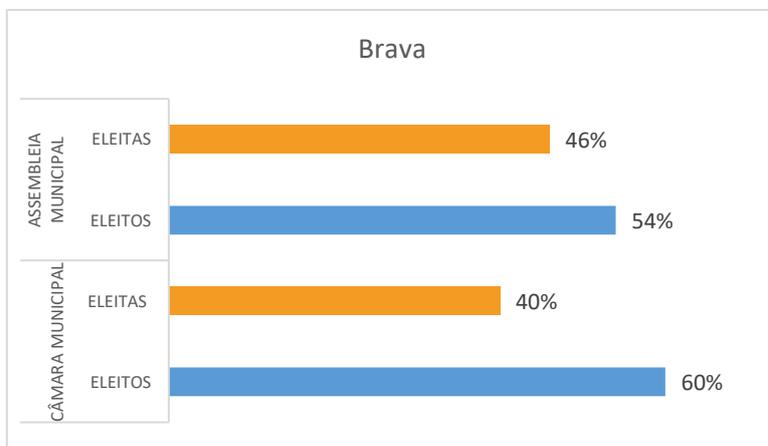


Figura 25 - Elaborado pelo autor com base nos resultados das eleições autárquicas 2020.

Poder Executivo: 40% Eleitas e 60% Eleitos para Vereador.

Poder Legislativo: 46% Eleitas e 54% Eleitos para deputado Municipal.

## **Análise comparativa dos resultados das duas últimas eleições autárquicas (2016 e 2020) realizadas em Cabo Verde**

Os resultados das eleições autárquicas 2020 evidenciam mudança significativa em

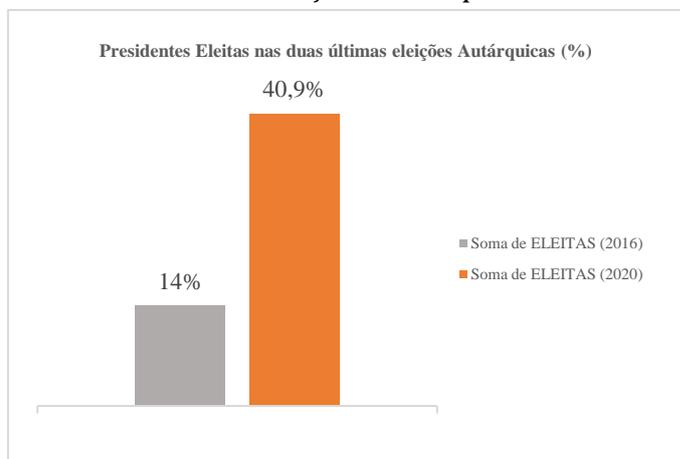


Figura 26 - Elaborado pelo autor com base nos resultados das eleições autárquicas 2020.

termos da representatividade entre homens e mulheres após a aprovação da lei de Paridade. Atualmente, 40,9% das mulheres presidem o poder legislativo, neste caso, a Assembleia Municipal. Um ganho evidente para a equidade na presidência da Assembleia

Municipal que, quando comparado com as eleições autárquicas 2016, deve corresponder a um aumento em torno de 27%. Contudo, na presidência do poder executivo o cenário mantém, isto é, a presidência da Câmara Municipal é 100% dominado pelo homem, não obstante, o caso de Santa Catarina de Santiago, onde atualmente o poder executivo é presidido por uma mulher em decorrência da substituição pelo falecimento.

Por conseguinte, o poder executivo ganhou novas dinâmicas em termos de equilíbrio entre homens e mulheres, registando um aumento de 20% da representatividade de mulher no cargo de vereação graças à aplicabilidade da lei de paridade nas eleições autárquicas 2020.

<b>PODER EXECUTIVO - CÂMARA MUNICIPAL</b>				
	Eleições Autárquicas 2016		Eleições Autárquicas 2020	
ELEITOS	109	79%	82	59%
ELEITAS	29	21%	56	41%
<b>TOTAL</b>	<b>138</b>	<b>100%</b>	<b>138</b>	<b>100%</b>

Tabela 2 - Elaborado pelo autor com base nos resultados das eleições autárquicas 2020.

Quanto ao poder legislativo, regista um aumento de 14% da representatividade de mulher no cargo de deputada municipal. Portanto, com a aprovação da lei de paridade e a sua aplicabilidade nas eleições autárquicas 2020 regista atualmente um equilíbrio de paridade nas Assembleias Municipais.

<b>PODER LEGISLATIVO - ASSEMBLEIA MUNICIPAL</b>				
	<b><i>Eleições Autárquicas 2016</i></b>		<b><i>Eleições Autárquicas 2020</i></b>	
ELEITOS	245	72%	199	58%
ELEITAS	97	28%	143	42%
TOTAL	342	100%	342	100%

*Tabela 3 - Elaborado pelo autor com base nos resultados das eleições autárquicas 2020.*

### **Recomendação**

O impacto da aprovação e aplicação da Lei de Paridade n.º 68/IX/2019, e consequentemente a sua aplicação, provocou mudanças na configuração política cabo-verdiana, que é graças a sensibilidade de todas as entidades/atores e personalidades que envolveram direta e indiretamente desde o início do processo, com destaque para os Partidos Políticos e os Grupos Independentes que prontamente responderam esta reivindicação por parte da sociedade civil.

O ICIEG reitera que a paridade é um processo de luta constante que integra a sensibilização, o seguimento e a avaliação, com o objetivo de eliminar todas as formas de discriminação, promover atividades de formações pedagógicas em matéria de igualdade e equidade de género e incrementar maior sensibilização para fazer face aos eventuais constrangimentos para uma participação política paritária. Neste sentido, é fundamental ter em consideração as seguintes recomendações:

- Fazer cumprir o Art.º 4 (ponto 2) da Lei de Paridade;
- Sensibilizar os Partidos Políticos e os Grupos Independentes para a constituição dos dois primeiros lugares (Presidente da Câmara e Presidente de Assembleia Municipal) ocupados por sexo diferente, para que a ocupação dos cargos de decisão seja paritária e para que também a constituição das listas siga a lógica alternada de nomes por sexo diferente, evitando assim a desproporcionalidade da representação feminina;

- Sensibilizar as mulheres para uma participação política mais efetiva e de modo a estarem nos cargos de decisão, particularmente para a presidência do poder executivo dos Municípios;
- Promover a formação contínua sobre os princípios e normas mínimos de organização, funcionamento e competência dos municípios, bem como, nas áreas de liderança e comunicação para os(as) eleitos(as) municipais em cargos de decisão e no exercício do poder;
- Sensibilizar os/as eleitos/as sobre a conciliação entre vida familiar, pessoal e laboral e sobre as discriminações naturalizadas que podem confrontar no exercício das suas funções;
- Introdução de dados desagregados por sexo no *site* eleições.cv para as próximas eleições;
- Estimular a criação de redes de contacto entre as mulheres na política, visando a divulgação de oportunidades e trocas de experiências.

Portanto, a luta para uma maior presença feminina na política cabo-verdiana, particularmente nos cargos de decisão tem tido um percurso progressivo, graças ao forte contributo dos parceiros, nacionais e internacionais e o forte engajamento, sobretudo, da sociedade civil. Hoje são notáveis as conquistas, que de forma progressiva estende para uma participação política paritária.